



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSOR DR. SÉRGIO JACINTHO
LEONOR
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO PATRIMONIAL E
SOCIOAMBIENTAL

ADNO RAMALHO DOS SANTOS

**GESTÃO DO TURISMO NAS SERRAS GERAIS – TO: UMA ANÁLISE
DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS ATRAVÉS DO SISTEMA DE
CONVÊNIOS DO GOVERNO (SICONV)**

Arraias/TO
2019

ADNO RAMALHO DOS SANTOS

**GESTÃO DO TURISMO NAS SERRAS GERAIS – TO: UMA ANÁLISE
DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS ATRAVÉS DO SISTEMA DE
CONVÊNIOS DO GOVERNO (SICONV)**

Relatório Técnico Científico foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor, Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental, para obtenção do título de Tecnólogo em Turismo e aprovado em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Prof.^a M^a. Edilene Adelino Pequeno.

Arraias/TO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S237g Santos , Adno Ramalho dos .
Gestão do Turismo nas Serras Gerais – TO: Uma análise da captação de recursos através do sistema de convênios do governo (SICONV) . / Adno Ramalho dos Santos . – Arraias, TO, 2019.
57 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Arraias - Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental, 2019.

Orientadora : Edilene Adelino Pequeno

1. Financiamento da gestão do turismo no Brasil . 2. Programa de regionalização do turismo . 3. Política e desenvolvimento do turismo no Tocantins. 4. Análise e interpretação dos resultados. I. Título

CDD 338.47

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

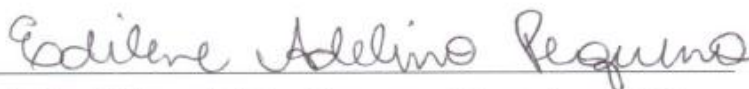
ADNO RAMALHO DOS SANTOS

**GESTÃO DO TURISMO NAS SERRAS GERAIS – TO: UMA ANÁLISE
DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS ATRAVÉS DO SISTEMA DE
CONVÊNIOS DO GOVERNO (SICONV)**

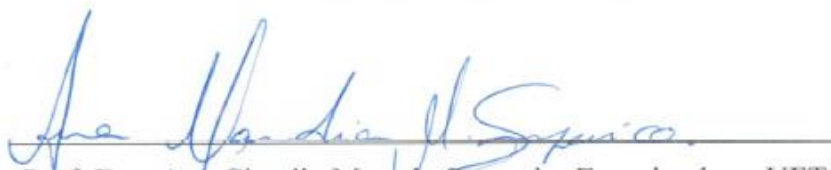
Relatório Técnico Científico foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor, Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental, para obtenção do título de Tecnólogo em Turismo e aprovado em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 19/06/2019

Banca Examinadora



Prof. Me. Edilene Adelino Pequeno, Orientadora, UFT



Prof. Dra. Ana Claudia Macedo Sampaio, Examinadora, UFT



Prof. Me. Filipe Vieira de Oliveira, Examinador, USP

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, aos meus pais, irmãos, minha esposa Shirley Ferreira, minha filha Thayline Lamara e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

“Agradeço, primeiramente, a Deus, que me deu energia e benefícios para concluir todo esse trabalho.”

“Minha professora, Edilene Adelino Pequeno, pelos esforços e orientação, sua ajuda teve grande importância para conclusão deste trabalho.”

“Aos meus colegas, amigos e parceiros pelo incentivo e ajuda com o fornecimento de material para a realização deste trabalho.”

“Enfim, agradeço a todos as pessoas que fizeram parte dessa etapa decisiva em minha vida.”

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de identificar como é feita a captação de recursos para a gestão do turismo nas Serras Gerais a partir do SICONV. Para isso utilizou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa quantitativa e qualitativa, pesquisa exploratória, descritiva, documental e pesquisa de campo com roteiro de entrevista semiestruturada. Os resultados apontam que os gestores têm enfrentado vários desafios na captação de recursos, na qual se destaca a falta de conhecimento da ferramenta SICONV para formatação de projetos e a burocracia encontrada nos editais disponibilizados pelo Ministério do Turismo. Uma maior captação de recursos financeiros poderia melhorar a infraestrutura das secretarias, ter profissionais especializados e desenvolver políticas públicas nos municípios. Conclui-se que as ações realizadas pelo MTur, não são satisfatórias para atender as demandas do turismo na região das Serras Gerais, por outro lado percebeu-se que as secretarias não estão preparadas para aproveitar as oportunidades oferecidas pelo Ministério do Turismo.

Palavras-chaves: Serras Gerais. Regionalização. Captação de recursos. Ministério do Turismo. SICONV.

ABSTRACT

This work has the objective of identifying how the fundraising for the management of tourism in the Sierras Gerais is carried out as of the SICONV. Methodological procedures were used for quantitative and qualitative research, exploratory, descriptive, documentary and field research with a semi-structured interview script. The results indicate that managers have faced several challenges in fundraising, in which the lack of knowledge of the SICONV tool for formatting projects and the bureaucracy found in the edicts made available by the Ministry of Tourism are highlighted. Increased funding could improve the infrastructure of the secretariats, have specialized professionals and develop public policies in the municipalities. It is concluded that the actions carried out by MTur are not satisfactory to meet the demands of tourism in the region of the Serras Gerais, on the other hand it was noticed that the secretariats are not prepared to take advantage of the opportunities offered by the Ministry of Tourism.

Key-words: Mains Saws. Regionalization. Fund-Raising. Ministry of Tourism. SICONV.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Organograma 1: Organização Administrativa Direta e Indireta.....	26
Organograma 2: Programas para Captação de Recursos pelos Municípios	35

LISTA DE TABELAS

Quadro 1- Responsável pela captação de recursos pelos municípios.....	39
Tabela 1 - Os municípios que compõem a Serras Gerais	30
Tabela 2 - Detalhamento orçamentário para a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo no ano de 2019.....	37
Tabela 3- LOA dos Municípios	38
Tabela 4 - Pré-Convênio/Convênio destinados ao município de Almas	40
Tabela 5 - Programas destinados ao município de Almas	40
Tabela 6 - Programas destinados ao município de Arraias	41
Tabela 7 - Pré-Convênio/Convênio destinados ao município de Dianópolis.....	42
Tabela 8 - Programas destinados ao município de Dianópolis.....	42
Tabela 9 - Pré-Convênio/Convênio destinados ao município de Rio da Conceição	43
Tabela 10 - Programas destinados ao município de Rio da Conceição.....	43
Tabela 11: Projetos a serem realizados pelos municípios	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADETUC	Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa
APA	Área de Proteção Ambiental
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CNEA	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNT	Conselho Nacional do Turismo
CONTUR	Conselho Municipal de Turismo
CUA	Campus Universitário de Arraias
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DOE	Diário Oficial do Estado
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FICFIDC	Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios
FIDC	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios
FNO	Programa de Financiamento do Desenvolvimento
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNGETUR	Fundo Geral de Turismo
GMC	Gerenciador Municipal de Convênios
ha	hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LGDT	Lei Geral do Turismo
LOA	Lei Orçamentaria Anual
MinC	Ministério da Cultura
MTur	Ministério do Turismo
PDRIS	Programa de Desenvolvimento Regional, Integrado e Sustentável
PDTIS	Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo
PNB	Produto Nacional Bruto
PNT	Plano Nacional de Turismo
PMT	Plano Municipal de Turismo
PRODETUR	Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo
PROGER	Turismo Investimento
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOM	Secretaria da Comunicação
SIACOR	Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SICS	Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	OBJETIVOS	17
2.1	Objetivos Geral.....	17
2.2	Objetivo Específicos	17
3	REFERENCIAL TEÓRICO	18
3.1	Financiamento da gestão do turismo no Brasil	18
3.2	Programa de regionalização do turismo	23
3.3	Política e desenvolvimento do turismo no Tocantins	25
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS	33
5	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	35
5.1	Como é feita a captação de recursos e quais as ferramentas utilizadas pelas secretarias de turismo	35
5.2	Projetos desenvolvidos nas Secretarias de Turismo por meio do sistema SICONV ..	39
5.3	Os principais desafios encontrados pelas secretarias de turismo	45
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS	49
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	51
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	56

1 INTRODUÇÃO

Municípios brasileiros, na sua maioria com potencial turístico não possui recursos próprios para gestão do turismo devido ao orçamento reduzido de suas localidades, o que faz com que necessitem de repasse de recursos advindos das esferas federal e estadual, para conseguir desenvolver o turismo em suas regiões. Sendo assim, considerável número de municípios e até mesmo estados não dispõem de planos municipais e estaduais de turismo que permitam orientar-se no desenvolvimento do mesmo.

De acordo com Gimennes, (2017, p. 11) sobre o conceito de Gestão do Turismo, destaca-se que:

Gestão é a forma de se administrar negócios públicos e privados. Envolve um conjunto de princípios, normas e funções que tem por fim ordenar os fatores de produção e controlar a sua produtividade e eficiência, visando obter resultados efetivos e, sobretudo, a gestão está alicerçada no elemento humano. (GIMENNES, 2017, p. 11)

Segundo Acerenza (2002), “o financiamento é um dos maiores problemas da gestão administrativa do organismo nacional de turismo e, em muitos casos, é a principal causa dos fracassos dos planos e programas de fomento ao turismo preparado por esse organismo”.

Assim, os gestores municipais precisam buscar recursos junto ao Governo Estadual e Federal, para desenvolver e promover a atividade turística de forma adequada. Nesse sentido, através do Ministério do Turismo e conforme a Lei Geral do Turismo – LGDT, Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008, o Governo Federal disponibiliza vários mecanismos para o financiamento do setor turístico. Entre eles, pode-se citar o Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR, criado em 1971, gerido pelo Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, mas passando a ser gerido pelo Ministério do Turismo desde sua criação, em 2003. O FUNGETUR foi criado no intuito de fomentar e promover recursos para o financiamento de atividades turísticas, tais como, obras para modernização, reforma e ampliação de empreendimentos. Além disso, possui a finalidade de aquisição de máquinas e equipamentos novos e serviços de finalidade ou de interesse do turismo nacional.

Além do FUNGETUR há o Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, os Fundos Constitucionais, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal com as Operações de Microcrédito.

Como instrumentos de consulta pública, disponível na internet, para acompanhamentos dos programas de financiamento o Governo disponibilizou como ferramentas de gestão o Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal - SICONV e Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse - SIACOR que facilita na busca por informações e viabiliza a fiscalização das ações desenvolvidas pelos gestores.

O SICONV, regulamentado pelo Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, é uma ferramenta online que acrescenta e processa informações sobre as transferências de Recursos Federais para órgãos públicos e privados sem fins lucrativos. O decreto supracitado tornou o seu uso obrigatório por todos os gestores de recursos públicos executados de forma descentralizada (MTUR, 2010). Esta ferramenta é o principal mecanismo em que o Governo tem disponibilizado edital para que os municípios captem recursos para projetos nas mais variadas áreas do turismo como infraestrutura, eventos e promoção turística, entre outros.

O SIACOR é um sistema desenvolvido por servidores do próprio Ministério do Turismo para capturar informações geradas pela Caixa sobre os contratos de repasse das quais é mandatário o MTur. O contrato de repasse é um instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União. (MTUR, 2010).

Além dos instrumentos do MTur foi a criação do Programa de Regionalização do Turismo - PRT com o objetivo de descentralizar e regionalizar as políticas públicas buscando resultados socioeconômicos do território. Tem como principal foco, apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no país. A formação de regiões turísticas, pela integração de municípios, mostrou-se a melhor forma de incluir no processo de desenvolvimento os municípios que ficavam à margem da implementação de políticas públicas.

No Tocantins, sete regiões turísticas foram identificadas de acordo com suas características geográficas e de atrações turísticas. As regiões são: Serras e Lago, Encantos do Jalapão, Praias e Lagos do Cantão, Bico do Papagaio, Ilha do Bananal, Serras Gerais e Vale dos Grandes Rios.

As Serras Gerais estão localizadas no sudeste do Estado do Tocantins, além disso, faz parte da maior cadeia de serras do Brasil. De acordo com o mapa do turismo brasileiro, instrumento instituído pela Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, que orienta a atuação do MTur no desenvolvimento das políticas públicas. Os municípios que são cadastrados nessa região turística, são: Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Dianópolis, Natividade, Paranã, Rio da Conceição e Taguatinga.

Diante do exposto, vale ressaltar que foram escolhidos 04 (quatro) municípios das Serras Gerais, como fonte de dados e aplicação de roteiro de entrevista para a presente pesquisa. As escolhas basearam-se na viabilidade para realizar as entrevistas. Os municípios que foram escolhidos para fazer parte da pesquisa foram: Almas, Arraias, Dianópolis e Rio da Conceição.

Destaca-se que apesar dos esforços de descentralização e das alternativas apresentadas anteriormente, nem sempre os órgãos municipais responsáveis pelo turismo conseguem captar esses recursos. A busca por informações relevantes para compreender as dificuldades da gestão pública municipal na captação de recursos para o turismo, e especificar quais são os instrumentos utilizados por essas secretarias de turismo na captação de recursos financeiros em prol do fortalecimento do turismo na região, se fazem necessárias para contribuir com a publicação de informações sobre os municípios aqui estudados. Diante disso se faz o seguinte questionamento: como é feita a captação de recursos para a gestão do turismo nas Serras Gerais a partir do Sistema de Convênios do Governo?

A captação de recursos é um procedimento que visa arrecadar verbas, com o objetivo de promover e desenvolver um setor específico, como por exemplo a atividade turística, através de programas criado pelo governo para atender esta demanda.

Após oito anos trabalhando na área da gestão financeira de recursos públicos, com arrecadação, fiscalização por quatro anos na Prefeitura Municipal de Arraias e por quatro anos com a prestação de contas de órgão público estadual, assim sendo é uma área na qual se identifica por isso a escolha de participar do projeto de pesquisa com a professora Edilene Adelino Pequeno, na área de Política e Desenvolvimento do Turismo, voltado para o projeto Turismo no Tocantins: uma avaliação da captação de recursos dos Municípios do Programa de Regionalização.

Por se tratar de um assunto com importância para o setor de turismo, para identificar os avanços que vem ocorrendo nesta área e os impactos provocados pelas atividades turísticas, a captação de recursos para o turismo é um assunto que merece a atenção e ser estudado, como forma de diagnosticar o desempenho dos nossos gestores, bem como, entender suas dificuldades e, sobretudo, acompanhar aplicação destes recursos. Igualmente, através de pesquisa e entrevista sobre os municípios citados acima, apresentaram-se informações pertinentes de como o turismo está sendo conduzido pelos gestores municipais e quais as dificuldades encontradas por eles.

A destinação de verbas públicas quando aplicadas indevidamente, provoca prejuízos irreparáveis a sociedade em todos os aspectos, seja ele, econômico, social, cultural e

ambiental, por isso, a necessidade, de buscar informações e disponibilizá-las, para que haja uma fiscalização e cobranças por parte das comunidades locais que é principal interessada no bem-estar social.

Assim, este conteúdo apresentado contribuirá para comunidade acadêmica, pois, é uma forma de debater políticas públicas sobre assunto e contribuir com projetos de pesquisa voltada para melhoria do turismo na região, além disso, não foram encontrados trabalhos na área com foco no Tocantins.

No que se refere à estrutura deste trabalho, nos próximos capítulos serão apresentados os objetivos, a Fundamentação Teórica onde será falado sobre as fontes de financiamento da Gestão Pública do Turismo no Brasil, o Programa de Regionalização do Turismo, além da Política e Desenvolvimento do Turismo no Tocantins e suas atividades turísticas. Em seguida serão apresentados os aspectos metodológicos, a análises e interpretação dos resultados e por fim, as considerações finais.

2 OBJETIVO

2.1 Objetivos Gerais

Identificar como é feita a captação de recursos para a gestão do turismo nas Serras Gerais a partir do Sistema de Convênios do Governo.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Especificar as ferramentas utilizadas pelas secretarias de turismo na captação de recursos financeiros.
- b) Detectar os projetos desenvolvidos nas secretarias de turismo por meio do sistema SICONV.
- c) Diagnosticar os principais desafios encontrados pelas secretarias de turismo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Financiamentos da gestão do turismo no Brasil

Este capítulo irá identificar as principais linhas de financiamento disponibilizadas pelo Governo Federal, por meio do MTur, para captação de recursos para a gestão pública municipal do turismo.

De acordo com o MTur (2018, p. 1), por meio da interlocução com as instituições financeiras federais, entidades representativas das empresas da cadeia produtiva do turismo e órgãos públicos, busca criar condições favoráveis aos investimentos no setor de turismo. Para Beni (2001, p. 102), “A função específica dos órgãos institucionais públicos de Turismo deverá ser a determinação de prioridades, a criação de normas e a administração de recursos e estímulos. O governo dará as diretrizes e proverá as facilidades”.

Conforme a Lei Geral do Turismo – LGDT, Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008, no seu artigo 16, constituem mecanismos de suporte financeiro ao setor turístico, os seguintes meios:

I - A lei orçamentária anual, alocado ao Ministério do Turismo e à Embratur; II - O Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR; III - As linhas de crédito de bancos e instituições federais; IV - As agências de fomento ao desenvolvimento regional; V – Recursos alocados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios; VI - Organismos e entidades nacionais e internacionais; e por fim, VII - A securitização de recebíveis originários de operações de prestação de serviços turísticos, por intermédio da utilização de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC e de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FICFIDC, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. (LGDT, 2008, p. 1)

O FUNGETUR é um fundo de investimento criado para promover o avanço da infraestrutura turística, de forma que facilite o desenvolvimento do turismo nas regiões onde será implantado. Foi criado através de lei, em 1971, e hoje está vinculado ao MTur. De acordo com MTur (2018, p. 1), o FUNGETUR tem como objetivo: proporcionar créditos competitivos para os empresários do ramo de turismo; apoiar a infraestrutura básica; gerar renda; aumentar a oferta de empregos diretos e indiretos e proporcionar o desenvolvimento do turismo. (MTUR, 2018, p. 1)

Além do FUNGETUR existem outras fontes de financiamento para o setor turístico como o PRODETUR, os Fundos Constitucionais, O BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal com as Operações de Microcrédito, PROGER - Turismo Investimento e o Programa de Financiamento do Desenvolvimento - FNO.

O PRODETUR que pode ser pleiteado por Estados e Distrito Federal, Capitais e Municípios com mais de 1.000.000 (Um milhão) de habitantes. De acordo com MTur (2007, p. 1):

PRODETUR busca organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística, através de prévios processos de planejamento das regiões turísticas. A partir do planejamento das áreas turísticas prioritárias são propostas intervenções públicas a serem implantadas de forma que o turismo venha a constituir uma verdadeira alternativa econômica geradora de emprego e renda principalmente para a população local. (MTUR, 2007, p. 1)

Com a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, que ocorrerá em 2019, os programas de financiamento da infraestrutura e dos serviços turísticos como PRODETUR e o FUNGETUR, serão voltados aos projetos e empreendimentos turísticos localizados em municípios que participam do Mapa. Com isso os municípios que não se cadastrarem não terão acesso estes programas.

De acordo com MTur (2018), através do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), com o Programa de Financiamento do Turismo Sustentável, vai contribuir para o crescimento sustentável do turismo no processo de regionalização, através da implantação, ampliação, modernização, reforma e adequação ambiental de empreendimentos turísticos.

Segundo o BNDES (2019, p. 1), sobre investimentos no turismo:

O BNDES apoia projetos de implantação, modernização e expansão de empreendimentos relacionados aos setores de hotelaria, enquadrados nos códigos I 5510-8/01, I 5590-6/01 e I 5590-6/02 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae). É necessário que a empresa apresente o certificado de cadastramento na versão “empreendimento em operação” ou na versão “empreendimento em fase de implantação” no Cadastro Nacional de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur) do Ministério do Turismo. Estes projetos de investimento poderão ser apoiados através dos produtos BNDES Automático (financiamentos até R\$ 20 milhões) ou BNDES Finem (financiamentos acima de R\$ 20 milhões). Já a aquisição isolada de máquinas e equipamentos nacionais pode ser financiada por meio dos produtos BNDES Finame e Cartão BNDES. (BNDES, 2019, p. 1)

De acordo com MTur (2008), o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal são bancos públicos responsáveis pelas Operações de Microcrédito voltado para o financiamento de pessoas que atuam como agentes operantes no segmento do turismo de maneira informal. A Caixa também disponibiliza através do Programa Caixa Turismo produtos e mecanismos para o financiamento voltado à oferta do produto turismo, e é responsável pelos serviços operacionais referentes aos contratos de repasse firmados entre município e o MTur.

Para o MTur (2008, p. 1), em relação ao PROGER Turismo Investimento, enfatiza-se que:

O PROGER é um financiamento de projetos do setor turístico que proporcionem geração ou manutenção de emprego e renda, com finalidade para investimento fixo e investimento com capital de giro associado. Tem como público-alvo, micro e pequenas empresas, com faturamento bruto anual de até R\$ 5 milhões de reais e da cadeia produtiva do setor de turismo. (MTUR, 2008, p. 1)

Municípios menores, que tem poucos habitantes, como os localizados na região das Serras Gerais, por exemplo, só consegue recursos por meio de programas como FUNGETUR e PRODETUR de forma indireta, ou seja, através do Governo Estadual. Outra forma que é mais recorrente é através de Emendas Parlamentares.

Conforme o MTur (2018), a Emenda Parlamentar é o instrumento que o Congresso Nacional utiliza para destinar verbas públicas para as regiões ao qual os deputados e senadores representam. Uma vez contemplado com recursos adquiridos por meio de Emenda Parlamentar, deverá cadastrar um projeto por meio do SICONV para ter acesso a esta verba orçamentaria.

As instituições de gestão do turismo utilizam o sistema de convênios do governo federal, que de acordo com MTur, convênios são:

Acordos, ajustes ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos orçamentos fiscais e da Seguridade Social da União e tenha como participantes: de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta e, do outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação. (MTUR, 2018, p. 1)

Desse modo essa ferramenta é hoje a mais utilizada pelos gestores municipais e instituições sem fins lucrativos, para a captação de recursos seja para o turismo ou qualquer outra área na qual precise de investimento.

Para utilização do SICONV, devem ser seguidas as instruções normativas estabelecidas pelo Governo Federal ao elaborar e cadastrar projetos no portal e depois aguardar a aprovação e liberação, através da Caixa Econômica Federal, dos recursos para execução do projeto a ser desenvolvido.

Com isso os gestores, por falta de informação e com pouco conhecimento, principalmente se tratando do setor de turismo, não são capacitados para elaborar projetos que passaram por análise e concorreram com as demais cidades do país.

Contudo, os moradores locais podem fazer o acompanhamento dos projetos desenvolvidos pelos gestores desde a aprovação e liberação da verba para execução, até prestação de contas, através do sistema SIACOR. Segundo o MTur (2018, p. 1):

O SIACOR, criado através do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, é um instrumento administrativo em que a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União. Os contratos de repasse firmados com os municípios são operacionalizados pela Caixa Econômica Federal, que é a mandatário o MTur. (MTUR, 2008, p. 1)

Os gestores são responsáveis pela elaboração de projetos, de fomentar políticas públicas, desempenhando assim suas obrigações na quais Lage e Milone (1991, p. 112) ressaltam que:

O papel do governo no turismo, portanto, é fundamental. Além dos aspectos acima mencionados, ele pode também criar mecanismos favoráveis para os investimentos turísticos, através de: regulamentações de incentivos, subsídios, créditos, assessoria técnica, taxas preferenciais, facilidades especiais, ajuda nos custos operacionais, recrutamento e treinamento de mão de obra, incentivos e ajudas fiscais. (LAGE E MILONE, 1991, p. 112)

Os gestores devem definir suas ações voltadas para o turismo com planejamento, que pode ser feito através da Lei Orçamentária Municipal – LOA, que prevê aos mesmos, um orçamento que indica quanto do dinheiro público será gasto neste setor no período de um ano.

A maior parte dos recursos prevista na LOA é de repasses do Governo Federal e Estadual, outras partes são referentes à arrecadação municipal através dos impostos, taxas e contribuições que são direcionadas ao setor de turismo previsto no Sistema Tributário Brasileiro ou através de leis municipais específicas para o setor.

A falta de conhecimento dos gestores acaba contribuindo para a terceirização do planejamento do turismo. Sobre a terceirização do setor turístico, Todesco (2013, p. 227) diz que:

Ao terceirizar a produção de políticas públicas, os órgãos oficiais de turismo apresentam-se permanentemente inaptos para elaborar e implementar políticas públicas, como também para monitorar, fiscalizar e avaliar a política elaborada por empresas privadas, estabelecendo um ciclo vicioso, em que o despreparo do aparelho de Estado na área do turismo alimenta o processo de terceirização com a contratação de empresas de consultoria, e este processo por sua vez alimenta o despreparo do aparelho de Estado. (TODESCO, 2013, p. 227).

Existem várias formas dos gestores municipais captarem recursos para promoção e desenvolvimento do turismo, apesar de que, nem todas as opções de financiamento atendem diretamente as secretarias dos municípios, contudo, seja de forma direta ou indireta é necessário que o setor seja tratado com mais respeito e profissionalismo, com pessoas capacitadas para exercer tal função. Pois, só através de uma administração, com um perfil

voltado para gestão em turismo com ideias e projetos criativos e inovadores, se conseguirá alavancar as atividades turísticas nessas regiões.

3.2 Programa de Regionalização do Turismo

No item anterior foram elencadas as principais linhas de financiamento disponibilizadas pelo Governo Federal para captação de recursos para a gestão pública, agora será vista as principais leis que dão amparo legal para implantação deste processo de regionalização do turismo e quais direcionamentos e diretrizes são implantados.

De acordo com MTur (2008), a LEI N° 11.771, conhecida como Lei Geral do Turismo criada em 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, inclui direcionamentos sobre o processo de regionalização.

Conforme descrito na Lei Geral do Turismo em seu art. 4°:

A Política Nacional de Turismo é regida por um conjunto de leis e normas, voltadas ao planejamento e ordenamento do setor, e por diretrizes, metas e programas definidos no Plano Nacional do Turismo - PNT estabelecido pelo Governo Federal. Parágrafo único. A Política Nacional de Turismo obedecerá aos princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização e do desenvolvimento econômico-social justo e sustentável. (LEI N° 11.771, 2008, p. 1)

A Política Nacional de Turismo através da implantação da gestão descentralizada do turismo, articulando as ações do setor, fortalecendo a participação social, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e com isso possibilitar uma inclusão social da população local, oferecendo oportunidades iguais de acesso a bens e serviços por meio de ações na promoção de emprego e renda para todos.

Em seu Art. 5° que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo tem como objetivo descrito no inciso VI:

Promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica. (LEI N° 11.771, 2008, p. 1)

A Lei Geral do Turismo também estabelece no Art. 9° que sejam criadas leis facilitadoras para desenvolver e descentralizar o setor, promovendo o processo de regionalização do turismo, segundo a LEI N° 11.771, (2008, p. 1).

Diante disso, o Plano Nacional de Turismo – PTN que é o instrumento que estabelecem diretrizes e estratégias para a implantação da Política Nacional de Turismo, com o objetivo de ordenar as ações do setor e a utilização dos recursos públicos para o

desenvolvimento do turismo. Em sua última atualização, PTN (2018-2022), estabelece como diretrizes o fortalecimento da regionalização do turismo.

É nesse contexto que o Plano Nacional de Turismo 2018-2022 ratifica, como uma de suas diretrizes, o fortalecimento da regionalização do turismo, por acreditar que o caminho traçado foi exitoso e precisa ser continuado. Acredita-se, também, que o desenvolvimento regional do turismo pode contribuir de forma significativa para transformar o turismo em uma das atividades econômicas prioritárias do país. (MTUR, 2018, p. 54)

Ainda sobre o processo de regionalização o MTur (2018, p. 1) destaca que:

O processo de regionalização estimula a distribuição de renda, promove a inclusão social e possibilita a participação no planejamento regional dos municípios fazendo com que os municípios busquem sua participação junto ao processo de desenvolvimento do turismo, por meio de suas potencialidades, peculiaridades e capacidade produtiva. (MTUR, 2018, p. 1)

O processo de regionalização tem como desafio fazer com que as pessoas percebam e conheçam as oportunidades e potencialidades que o fomento do turismo pode trazer para as regiões, mas para que isso ocorra os gestores de turismo devem ter mais conhecimento sobre o programa e seus benefícios.

Após a definição e categorização dos municípios e das regiões turísticas o MTur (2015, p. 1), estabelece que:

A categorização é um instrumento para identificação do desempenho da economia do turismo dos municípios inseridos nas regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. Foi instituída por meio da Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015, com o objetivo de categorizar e subsidiar a tomada de decisões estratégicas da gestão pública e orientar a elaboração e a implementação de políticas específicas para cada categoria de municípios, de modo a atender suas especificidades, a partir do desempenho de sua economia do turismo. (MTUR, 2015, p. 1)

A categorização dos municípios inseridos nas regiões turísticas, estabelecendo critérios e parâmetros para análise das localidades e considerando as potencialidades, peculiaridade e capacidade produtiva de cada lugar, podendo assim criar políticas públicas através das características específicas.

Para Fernandes e Coelho (2002, p. 91):

A atividade turística, que é produtiva e geradora de emprego, tem uma importante contribuição a fornecer para o desenvolvimento de certas regiões. Ela é considerada um "produto" consumido, na maior parte das vezes, nas regiões menos desenvolvidas. (Fernandes, Coelho 2002, p. 91)

Conclui-se que de fato o Programa de Regionalização do Turismo tem um papel importante para crescimento e desenvolvimento do turismo, no entanto, sua eficácia no fortalecimento dos municípios, que mesmo tendo potencial, lhe faltam infraestrutura básica. É preciso que de fato seja colocado em prática às diretrizes estabelecidas pelo programa como a inclusão, integração e participação social.

3.3 Política e desenvolvimento do turismo no Tocantins

O Estado do Tocantins é uma região que se destaca por sua biodiversidade, localizado no norte do Brasil, integra a região amazônica, mas a vegetação predominante é o Cerrado, com clima tropical conta com o maior potencial hídrico do país, com os rios Tocantins e Araguaia como as principais bacias hídricas, o que torna o estado em um cenário ideal para o desenvolvimento do turismo ecológico, do esporte, da pesca e de aventura. SECOM (2019).

De acordo com Lage e Milone (1991, p. 111-112), “quanto menos desenvolvido é o país, maior será a intervenção governamental sobre as atividades de turismo”. Nesse sentido, os autores destacam-se como responsabilidade do governo em conjunto com a organização nacional de turismo, as seguintes atribuições:

- I. Realizar os estudos básicos de mercados da futura demanda turística;
- II. Promover a propaganda do turismo em nível nacional, ou seja, divulgar o país e seus atrativos turísticos. Considera-se que a propaganda especializada, como por exemplo, a de companhias aéreas, cadeias hoteleiras, agências e operadoras de turismo, alcance um impacto muito maior quando já tenham sido realizadas antecipadamente campanhas publicitárias em nível nacional pelo setor público;
- III. Definir políticas de preços, principalmente porque as flutuações na demanda geram dificuldades para a oferta turística instalada, e há necessidade de que o governo proceda às autorizações necessárias para a aplicação de tarifas promocionais dos vôos comerciais e dos charters;
- IV. Aumentar o bem-estar da população, ou, seja da comunidade residente, principalmente no que se refere aos aspectos sociais, e econômicos. A atuação eficaz do governo evitara os prejuízos da massificação do turismo, da destruição do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural, além de representar uma tentativa de controle de efeitos econômicos negativos sobre o turismo, como por exemplo, da alta excessiva dos preços de bens e de serviços turísticos;
- V. Atuar nas relações exteriores com outros países, como por exemplo, a celebração de convênios para o fomento do turismo. Muitas vezes, a união de esforços entre países, objetivando o desenvolvimento turístico, trará proporcionalmente mais benefícios a custos menores. No caso, podemos citar o exemplo prático da Iugoslávia e Itália que, de forma governamental conjunta, combinaram seus esforços publicitários para atrair um maior número de turistas para suas fronteiras. (LAGE e MILONE 1991, p. 111-112)

No dia 5 de outubro de 1988, através da publicação da Constituição Federal, foi criado o Estado do Tocantins, tendo como capital a cidade de Palmas e possui uma extensão territorial de 277.621,858 km² e está dividido em 139 municípios.

De acordo com Secretaria de Comunicação do Estado do Tocantins - SECOM (2019), no dia 1º de fevereiro de 2019, foi publicada no Diário Oficial do Estado – DOE, O TEXTO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1, sancionada pelo Governador do Estado, Mauro Carlesse (2019 - 2022), que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, exemplificado no Organograma 1.

Organograma 1: Organização Administrativa Direta e Indireta



Fonte: Elaboração Própria, (2019)

De acordo com o Organograma 1, a organização da Administração Direta a Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura, passaram a ser denominada como Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços - SICS. Na organização da Administração Indireta foi criada a Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa - ADETUC, instituição autônoma que está vinculada à SICS.

A ADETUC representa o órgão responsável pela gestão da atividade turística no Estado do Tocantins. Mesmo com a autonomia dada a este órgão e trazendo conceitos inovadores como a Economia Criativa, vale ressaltar a coerência de ter na administração direta uma Secretaria do Turismo desvinculada de outros setores, devido sua importância no crescimento do Estado e nos investimentos para o setor turístico, que tem grande potencial por sua beleza natural, de acordo com a SCIS, (2019).

Compete à ADETUC, (2019, p. 5), em sua Administração Pública:

I - propor as políticas públicas de turismo para o Estado, visando ordenar, regulamentar, normatizar e incentivar investimentos no setor, tendo por objetivo a

geração de renda, o fortalecimento do mercado de trabalho, a melhoria das condições de vida da população local e a auto sustentabilidade;

II - desenvolver o turismo no Estado, contemplando todas as regiões turísticas e proporcionando condições aos municípios e às comunidades locais de realizarem ações estratégicas constantes do plano estadual de turismo, por meio:

III - gerir os recursos financeiros públicos destinados ao turismo;

IV - promover a integração das políticas públicas de turismo com as demais políticas estaduais, em especial as relativas ao meio ambiente;

V - divulgar os produtos e roteiros turísticos tocantinenses e integrá-los a eventos regionais, nacionais e internacionais;

VI - manter banco de dados de atividades turísticas, para divulgar e promover novos empreendimentos;

VII - contribuir para a garantia de padrões internacionais de qualidade no turismo tocantinense, por meio do aprimoramento da qualidade dos serviços ofertados no Estado, tornando-os compatíveis com as características do mercado e os investimentos na área; (ADETUC, 2019, p. 5)

Os recursos da ADETUC, (2019, p. 5), são provenientes:

I - das dotações que lhe forem consignadas no orçamento do Estado;

II - das dotações orçamentárias da União destinadas a investimentos em turismo no Estado;

III - de auxílios e subvenções;

IV - de convênios, contratos, acordos e outros ajustes;

V - de operações financeiras realizadas. (ADETUC, 2019, p. 5)

Segundo a SECOM (2019), diante dos desafios e com a missão de promover o desenvolvimento sustentável do Turismo, da cultura e da economia criativa, à ADETUC, busca atrair investidores com incentivos fiscais e oportunidades de negócios e investimentos que estão alinhadas com projeto de desenvolvimento sustentável do Governo e a preservação do patrimônio ambiental e cultural, através de programas como o Programa de Desenvolvimento Regional, Integrado e Sustentável – PDRIS, Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo - PDTIS e o PRODETUR.

Nas palavras de Borges (2018, p. 1), “o PDRIS beneficia 72 municípios, contribuindo para a melhoria da competitividade e integração regional, promovendo a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Fomenta a eficácia do transporte rodoviário e dos serviços públicos em apoio ao desenvolvimento integrado e territorialmente equilibrado do Estado”.

Sobre o PRODETUR no Tocantins a ADETUC (2019, p. 1) enfatiza que:

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento do turismo tocantinense a partir de práticas sustentáveis, para investimentos em projetos de infraestrutura básica turística e equipamentos, meio ambiente, fortalecimento institucional, gestão, capacitação e qualificação de serviços nos Polos de Palmas, Jalapão e Cantão, visando aumentar a competitividade dos destinos tocantinenses nos mercados regional, nacional e internacional, bem como construir e qualificar produtos que ofertados nas prateleiras dos mercados contribuirão efetivamente com a geração de

renda nas comunidades e com a melhoria de qualidade de vida das populações. (ADETUC, 2019, p. 1)

Está sendo elaborado o plano de desenvolvimento do PDITS na região turística das Serras Gerais, que de acordo com a ADETUC (2019, p. 1):

O PDITS é o instrumento de planejamento do turismo em uma área geográfica selecionada, que tem por objetivo principal orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis, em curto, médio e longo prazo, estabelecendo as bases para a definição de ações, as prioridades e a tomada de decisão. Deve, portanto constituir o instrumento técnico de gestão, coordenação e condução das decisões da política turística e de apoio ao setor privado, de modo a dirigir seus investimentos e melhorar a capacidade empresarial e o acesso ao mercado turístico. (ADETUC, 2019, p. 1)

Também de acordo com ADETUC (2019), o órgão pretende investir na qualificação profissional com cursos voltados, principalmente, para o setor de turismo, para estruturação da oferta de hospedagem alternativa e acampamento, para o fortalecimento da gastronomia e do artesanato local. E para isso, a ADETUC com a intenção de fortalecer o desenvolvimento do turismo, utilizará o Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR que é o sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo.

O CADASTUR recebe cadastros que são obrigatórios dos prestadores de serviços turísticos das seguintes atividades, de acordo com MTur (2018, p. 1):

- Meios de Hospedagem (albergue, condo-hotel, flat, hotel urbano, hotel de selva, hotel fazenda, hotel histórico, pousada, resort e cama & café);
- Agências de Turismo;
- Transportadoras Turísticas;
- Organizadoras de Eventos;
- Parques Temáticos;
- Acampamentos Turísticos; e
- Guias de Turismo.

Com o cadastro os prestadores de serviços turísticos têm vários benefícios como:

- Oportunidades de qualificação, por meio dos programas e projetos oferecidos por diversas áreas do MTur;
- Acesso a linhas de crédito junto a bancos oficiais;
- Classificação dos meios de hospedagem;
- Oportunidades de negócios e acesso a mercados nacionais e internacionais;
- Credibilidade de que a empresa está formalizada e que está operando de acordo com as leis brasileiras; e
- Informações e apoio por meio de um Ambiente de Negócios online restrito aos prestadores que estão com o cadastro regular. (MTUR, 2018, p. 1).

Além disso, outra ferramenta importante utilizada pelo órgão interlocutor junto ao MTur é o Mapa do Turismo Brasileiro, que irá mobilizar os municípios tocantinenses para atualização do cadastro. O Mapa tem a finalidade de ordenar e auxiliar no desenvolvimento das políticas públicas para o turismo.

Dessa maneira, foram elaborados os Planos das Áreas Turísticas do Polo do Jalapão, Polo do Cantão e Polo Palmas. A região das Serras Gerais, objeto de estudo deste trabalho, que tem grandes potencialidades naturais, culturais, gastronômicas e históricas, não recebe a devida atenção do Estado para promover o crescimento e desenvolvimento da região

de acordo com os gestores municipais que foram entrevistados. Assim como já ressaltava Lage e Milone (1991, p. 109):

Para que o crescimento e desenvolvimento do turismo em um país ocorra de forma organizada, de acordo com um plano previamente delineado, em função das necessidades identificadas, é importante considerarmos a participação especial de dois agentes econômicos: a organização nacional de turismo, funcionando como uma empresa turística pública, e o governo. (LAGE E MILONE, 1991, p. 109)

Para que se tenha êxito no desenvolvimento do turismo no Tocantins, é necessário que se tenha transparência, ética, compromisso com o cidadão e com os agentes da cadeia produtiva do Turismo, da cultura e da economia criativa. Neste sentido é preciso reduzir, minimizar ou, até mesmo eliminar os efeitos da má gestão dos recursos públicos.

De acordo com um levantamento feito no CADASTUR em abril de 2019, o estado do Tocantins conta com 40 (quarenta) municípios cadastrados no Mapa do Turismo Brasileiro que estão divididos em 07 (sete) regiões turísticas: Bico do Papagaio com 07 (sete) municípios; Encantos do Jalapão com 04 (quatro) municípios; Ilha do Bananal com 04 (quatro) municípios; Lagos e Praias do Cantão com 03 (três) municípios; Serras e Lago com 06 (seis) municípios; Serras Gerais com 08 (oito) municípios e Vale dos Grandes Rios com 08 (oito) municípios.

Certamente o Estado do Tocantins tem grande potencialidade turística em todas as regiões cada uma com suas peculiaridades, mas há pouca divulgação desses atrativos. É dever do Governo do Estado desenvolver programas de incentivo à visitação, criar um plano de publicidade do turismo para essas regiões. Precisa também, promover o ecoturismo e capacitar essas comunidades para o receptivo e comercialização de produtos aos visitantes com uma proposta de impulsionar a atividade turística na região.

Para Santos e Kadoka (2012, p. 24), sobre a atividade econômica:

O turismo é uma atividade econômica bastante peculiar. Quando comparado com atividades ditas tradicionais, como a agricultura e a indústria, o produto turístico apresenta diversas particularidades. Muitas dessas, características específicas exigem conceitos e análises diferenciadas dentro do estudo da economia. (Santos e Kadoka, 2012, p. 24)

De acordo com Silva, (2006, p.16) sobre o desenvolvimento atividade turística traz a seguinte discursão:

A discussão a respeito do desenvolvimento da atividade turística e seus impactos socioculturais nas comunidades receptoras vêm despertando o interesse de pesquisadores, ocupando cada vez mais espaços nos debates, nas dissertações e publicações sobre o assunto. É fundamental a contribuição dessas investigações e relatos de experiências para o conhecimento do complexo fenômeno social, cultural, político, econômico e ambiental que é o turismo. (Silva, 2006, p.16)

Para Fernandes e Pereira (2002, p. 37), “o crescimento da atividade turística demonstra possuir sua própria dinâmica e justificativa social, que não pode ser concebido como um fato meramente conjuntural ou simplesmente passageiro”.

O turismo é um elemento importante e necessário para uma economia local, uma vez que movimenta o mercado em geral, aumentando a produção e o consumo de bens e serviços ofertados pelos moradores e produtores locais, gerando renda e empregos para população da região das Serras Gerais.

Localizada entre os municípios de Aurora do Tocantins e Taguatinga no sudeste do Estado, a região das Serras Gerais faz parte da maior cadeia de serras do Brasil, destaca-se pelo grande potencial para a prática do ecoturismo, turismo religioso e turismo histórico cultural.

A tabela 1 está retratando os municípios com suas principais características, que compõem a Serras Gerais, de acordo com o Mapa do Turismo Brasileiro: Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Dianópolis, Natividade, Paranã, Rio da Conceição e Taguatinga.

Tabela 1: Os municípios que compõem a Serras Gerais

Nº	CIDADES	ORIGEM	HISTÓRIA/CARACTERÍSTICA	ATRATIVO	POPULAÇÃO*
1	Almas	1734	Teve o ouro como o ponto de partida da sua economia, seguida pela pecuária e agricultura.	Cânion Encantado, Cidade de Pedras, Vale dos Pássaros e a Serra do Gambá.	7.500
2	Arraias	1736	As primeiras habitações do território deste município decorreram da descoberta do garimpo de ouro, na Chapada dos Negros	Centro Histórico, as ruínas da Chapada dos Negros, eventos religiosos, o carnaval e comunidades quilombolas.	11.645
3	Aurora do Tocantins	1818	A cidade é pequena, mas histórica, e surgiu com a instalação da Fazenda Barreira dos Cavalos, existem mais de 230 cavernas, encontra-se em processo de mapeamento e topografia,	RPPN a Gruta do Sabiá, Cachoeiras, cavernas e o Rio Azuis.	3.800
4	Dianópolis	1750	Conhecida por “Terra das Dianas”, foi rota de lavradores, pecuaristas, mineradores e jesuítas em plena corrida do ouro. Aldeias indígenas como os Gueguês, Acroás e Xerentes.	Cavernas, cachoeiras, nascentes, rios e corredeiras, Centro Histórico e o Vale Encantado.	19.112
5	Natividade	1734	Surgiu com a exploração do ouro. Teve o tombamento como patrimônio nacional do conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico em 1987, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.	Festejos como a Romaria de Nosso Senhor do Bonfim, e a Festa do Divino Espírito Santo de Natividade. As ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.	9.000
6	Paraná	1815	Antiga Vila de São João da Palma, está situada na entre os Rios Paranã e Palmas.	Praias e rios de águas termais.	10.300

7	Rio da Conceição	1991	O local antes conhecido como Rio das Éguas e habitado por índios Xerente.	Lagoa da Serra, a Cachoeira do Cavalo Queimado, e o Balneário	1.714
8	Taguatinga	1948	Com seus casarões em estilo colonial, suas festas religiosas, como as Cavalhadas, uma encenação épica da batalha religiosa entre mouros e cristãos.	Cachoeira do Registro, onde não são permitidos banhos, além de lagos e serras	15.000

Fonte: SECOM, (2019)

Fonte*: IBGE, (2010)

Assim como foi demonstrado na Tabela 1, além dos mais variados atrativos as Serras Gerais possuem cerca de 78.000 habitantes, segundo o IBGE (2010), localizados nesta região, consideradas uma das mais carentes do Estado do Tocantins, no que se diz respeito às necessidades básicas, como saneamento, saúde e emprego. É uma população desassistida de políticas públicas, que veem no turismo uma esperança de melhoria vida.

Diante disso, atividade turística deve ser planejada e organizada visando garantir o desenvolvimento socioeconômico e a preservação ambiental, evitando, com isso, uma degradação dos recursos naturais comprometendo a sobrevivência das gerações futuras.

De acordo com Acerenza (2002, p. 322) “O desenvolvimento do turismo tem sido alvo dos poderes públicos municipais que buscam os ganhos econômicos da atividade, como o aumento de renda da população e do produto interno e redistribuição de renda”.

É essencial o papel do poder público, na formulação de políticas públicas para a melhoria de vida de sua população, não só visando o crescimento e desenvolvimento econômico, mas também as relações sociais, ambientais e culturais.

Segundo Fernandes e Coelho (2002, p. 29), há uma importante distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico:

Crescimento econômico é uma medida quantitativa de incremento do Produto Nacional Bruto (PNB) e/ou PNB per capita, sendo visto de modo relativo, dimensão estatística de mudança econômica, sem revelar como se dá a sua distribuição dentro de um país. Já desenvolvimento econômico tem uma interpretação mais ampla, ou seja, a observação de como o crescimento econômico tem sido usado para melhorar o padrão geral de vida e o bem-estar da população de um país. (FERNANDES e COELHO, 2002, p. 29)

Por mais que exista um interesse do Estado no turismo, na região das Serras Gerais, os investimentos financeiros nessa área são imperceptíveis, dada essa percepção diante da falta de infraestrutura básica, como as estradas que estão em condições precárias para uso, por exemplo.

É preciso que se faça um planejamento econômico do turismo, respeitando as particularidades de cada região de maneira organizada e com base no princípio da sustentabilidade.

Lage e Milone (1991, p. 108), avaliam em nível global, os principais requisitos para realizarmos um planejamento econômico que vise ao crescimento e ao desenvolvimento do turismo são:

1. Investigar a demanda turística e suas tendências, ou seja, efetuar um estudo minucioso do mercado turístico;
2. Avaliar os atrativos reais e potenciais da área turística a ser promovida ou reformulada. Em nível global. (LAGE E MILONE, 1991, p. 108)

De acordo com Fernandes e Coelho (2002, p. 80), “Atividade turística bem planejada e executada pode contribuir para a consecução desses objetivos, notadamente aqueles em que o progresso econômico seja compartilhado com uma adequada preservação ambiental”.

Devem-se criar projetos de publicidade para essas regiões destacando as potencialidades de atrativos para atrair mais turista e ter um ganho no avanço econômico. Fernandes e Coelho (2002, p. 81), falam da importância da união de forças na implementação de projetos de publicidade:

Os empresários do setor turístico, independentemente das respectivas áreas de atuação, devem unir forças e procurar "vender" a cidade como destinação turística. Ao atingir esse objetivo maior, os produtos menores, como os apartamentos do hotel, as refeições do dono do restaurante ou os ingressos do parque temático, certamente terão sua demanda aumentada. (FERNANDES E COELHO, 2002, p. 81)

Ante ao exposto os gestores devem atrair investidores e aproveitar as várias oportunidades de negócios que o turismo oferece nas áreas de hotelaria, gastronomia, esportes náuticos, pesca esportiva, na construção de resorts, lanchonetes e lojas de souvenir entre outras.

Portanto, pode-se concluir que, o Governo precisa, e deve investir mais recursos no setor de turismo, melhorando sua promoção, desenvolvimento e infraestrutura, pois o retorno terá impactos positivos, se tratando de um Estado que necessita aumentar sua arrecadação e alavancar sua economia. Ademais, os órgãos públicos são responsáveis por promover e fomentar o turismo na região, implantando melhorias no setor para que essas comunidades possam encontrar na atividade turística condições digna de sustentabilidade e inclusão social, podendo, dessa forma, produzir e contribuir para o crescimento econômico do Estado do Tocantins.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa apresentou-se, em consonância com o objetivo, um estudo exploratório descritivo onde procurou entender como as secretarias de turismo dos municípios das Serras Gerais funcionam e ter maior familiarização com o tema proposto.

No que tange ao estudo descritivo apresenta-se as características do financiamento da gestão pública do turismo no Brasil, as principais leis que regem o setor de turismo, descrevem sobre o processo de regionalização e discorrem sobre as políticas e o desenvolvimento do turismo no Tocantins demonstrando o processo de captação de recursos, os projetos apresentados pelas secretarias, entre outros.

Utilizou-se uma abordagem quali-quantitativa, para uma análise mais profunda do assunto da pesquisa e com isso entender um pouco mais sobre as diferentes realidades dos municípios pesquisados. No que tange aos procedimentos técnicos, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. Na pesquisa bibliográfica foram consultados sites e publicação de artigos na forma digital via internet, além de livros bibliográficos de diversos autores relacionados ao tema no campo da economia, do financiamento público entre outros. Na documental observou-se a Lei Orçamentária Anual do Município, o Programa de Regionalização, o Mapa do Turismo Brasileiro e dados do Siconv e Siacor.

Na pesquisa de campo foram observadas as infraestruturas e superestruturas administrativas que os gestores dispõem para a prática de suas atividades para o desenvolvimento do turismo na região.

A pesquisa foi realizada nas secretarias municipais de turismo nos municípios de Almas, Arraias, Dianópolis e Rio da Conceição que fazem parte região das Serras Gerais do estado do Tocantins. Tendo como alvo de investigação os gestores municipais na área de turismo.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foi um roteiro de entrevista semiestruturado com 24 (vinte e quatro) perguntas abertas e fechadas e as plataformas do Siconv e Siacor, onde se procurou identificar quais projetos foram executados ou estão em andamento pelos municípios investigados. Foram entrevistados 4 (quatro) gestores responsáveis pelas secretarias municipais de turismo na região das Serras Gerais, no período entre 10 e 15 de maio de 2019.

Sobre as técnicas de coleta de dados Schluter (2003, p. 101), destaca que:

O objetivo das técnicas de coleta de dados é oferecer informação, relevante à pesquisa, que seja o mais correta possível. Os instrumentos utilizados para colher a informação provêm da definição das variáveis e contam com determinadas

características para a medição de um fenômeno. Há três formas principais de coleta de dados. A primeira é a que o pesquisador obtém ao observar o fenômeno. A segunda é obtida pela comunicação como sujeito de estudo. Também é possível obter informação de fontes secundárias que iam recolhidas com outro propósito. (SCHLUTER, 2003, p. 101)

Assim sendo, esta pesquisa foi dividida em duas etapas, na primeira etapa foi feita uma pesquisa documental via internet, através da ferramenta SICONV disponibilizada pelo portal criado pelo Governo Federal sob a administração do Ministério da Economia na Plataforma + BRASIL, por meio do Acesso Livre. Nesta etapa foram coletadas informações sobre os projetos apresentados pelas secretarias municipais para fomento do turismo nas cidades de Almas, Arraias, Dianópolis e Rio da Conceição, num intervalo de dez anos, iniciando em 2008 quando a ferramenta SICONV foi criada e que se tornou o seu uso obrigatório por todos os gestores de recursos públicos executados de forma descentralizada de convênios e contratos de repasse, até ano de 2018.

A segunda etapa foi realizada através de uma entrevista com os gestores das secretarias municipais das cidades de Almas, Arraias, Dianópolis e Rio da Conceição, por meio de um questionário de perguntas abertas e fechadas, no intuito de compreender como está sendo feita a captação de recursos em prol do turismo e quais as principais dificuldades encontradas para promover o turismo na região das Serras Gerais.

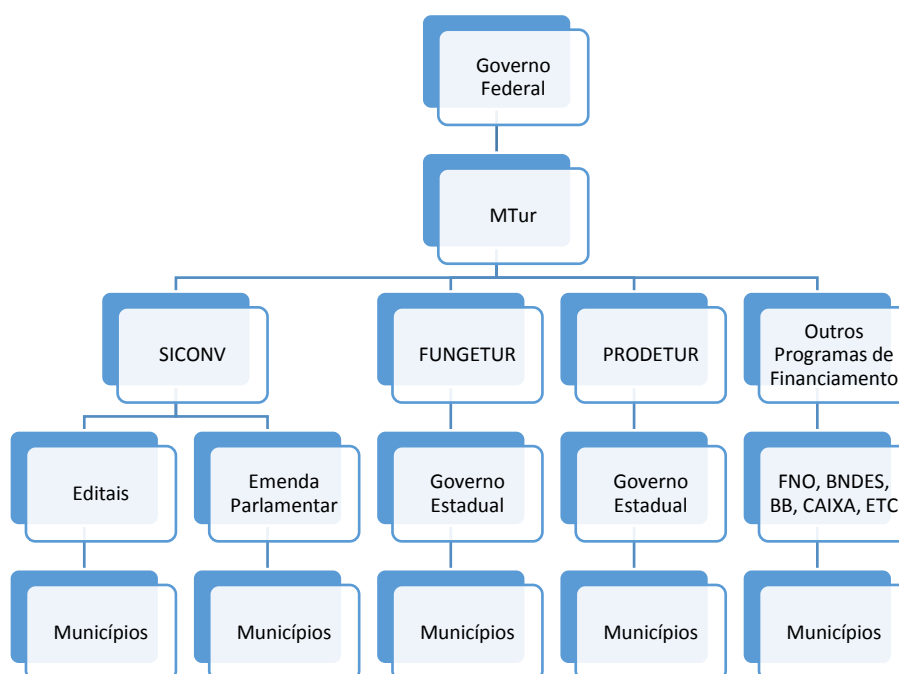
Após a coleta de dados para pesquisa foi feita uma análise descritiva através da compilação dos dados em gráficos e tabelas e explicativo-reflexiva através da interpretação das respostas dos entrevistados, que vai servir de base para uma análise qualitativa e quantitativa das entrevistas, das observações e das questões abertas em questionários.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

5.1 Como é feita a captação de recursos e quais as ferramentas utilizadas pelas secretarias de turismo

Neste item do capítulo 5 são apresentadas as formas e as ferramentas utilizadas pelos gestores das secretarias municipais de turismo para captar recursos de acordo com a entrevista. O organograma 2, demonstra como feito o acesso pelos municípios aos programas do governo Federal pelas secretárias municipais de turismo.

Organograma 2: Programas para Captação de Recursos pelos Municípios



Fonte: Elaboração Própria, (2019)

Foi detectado durante a entrevista que nas cidades de Almas e Rio da Conceição tem Secretaria Municipal de Turismo, nas outras duas cidades, este órgão é agregado a outro setor administrativo como a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo em Arraias e a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Meio Ambiente em Dianópolis.

As quatro cidades pesquisadas têm secretário responsável pela gestão do turismo. Com relação à quantidade de funcionários, com exceção de Secretaria de Dianópolis que contém 08 (oito) funcionários na pasta, as outras cidades têm menos de 03 (três) funcionários para auxiliar o gestor, contudo, apenas o secretário e o coordenador ficam responsáveis pelas

atividades relacionadas ao turismo, os demais funcionários são auxiliares de serviços gerais que são disponibilizados para Museu ou Biblioteca Municipal da cidade.

Os gestores moram há mais de 08 (oito) anos em suas respectivas cidades e demonstraram ter conhecimento das atividades turísticas nas cidades de sua gestão, no entanto eles não possuem formação superior em turismo. Possuem graduação em Biologia (em Almas), História (em Arraias vinculada a Cultura), Gestão Ambiental (em Dianópolis vinculada ao Meio Ambiente) e Administração Educacional (em Rio da Conceição).

Nota-se que o setor de turismo nas cidades pesquisadas, está defasado de profissionais com formação na área turística o que compromete o desempenho da gestão, pois ter profissionais capacitados e profissionalizados agrega conhecimento e qualidade no desenvolvimento de políticas públicas com eficácia.

Os gestores disseram que sempre participaram de reunião referente à região das Serras Gerais onde desenvolve projeto em parceria com os municípios relacionados ao desenvolvimento e implantação do turismo criativo através de assessoria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

Todos os municípios possuem Conselho Municipal de Turismo regulamentado por Lei municipal já aprovada e possuem também um Plano Municipal de Turismo. No caso de Arraias segundo o gestor, precisam-se fazer algumas atualizações. Vale ressaltar que fará parte da nova atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, a existência de Lei Municipal de Turismo Vigente, de um Fundo Municipal para o Turismo, de um Plano Municipal de Turismo, entre outras exigências.

O Plano Municipal é importante para o desenvolvimento do turismo nos municípios, fomentando as suas regiões turísticas, além de ser um dos critérios para participar de programas de financiamento, a exemplo do PRODETUR, que exige um Plano Municipal para o turismo para pleitear essa fonte de recursos. Com a criação de um plano, é possível receber ações de infraestrutura, promoção e qualificação do turismo.

No que diz respeito a principal origem dos recursos financeiros nesses órgãos falaram que, são provenientes do orçamento da prefeitura, no entanto, nenhum dos gestores soube quantificar os valores disponíveis ou gastos mensalmente ou anualmente, disseram apenas que está prevista Lei Orçamentária Anual- LOA, do município, mas que até o momento não tiveram acesso a esses números. Vale ressaltar que todos estão a mais de dois anos exercendo a função do cargo de gestor. Foram feitas buscas no site Portal da Transparência das prefeituras onde foram feitas as entrevistas, apenas o município de Rio da Conceição não foi encontrados dados sobre a LOA.

No município de Almas de acordo com a Lei Nº 229/2018 de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a LOA para o exercício de 2019, está previsto um orçamento para Secretaria de Turismo e Meio Ambiente o valor de R\$ 627.800,00 (seiscentos e vinte e sete mil e oitocentos reais) de um orçamento total de R\$ 20.218.600,00 (vinte milhões e duzentos e dezoito mil e seiscentos reais).

Em Arraias está previsto conforme o detalhamento orçamentário para a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo no ano de 2019 o valor de R\$ 563.449,38 (quinhentos e sessenta e três mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e oito centavos), na qual serão aplicados R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para construção do centro de lazer, cultura e tradições, R\$ 297.579,98, (duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos) para manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, R\$ 151.869,40 (cento e cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos) para festividades populares e tradicionais arraianas, R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) para construção da casa do artesanato arraiano, R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) para construção da cerâmica comunitária, R\$ 3.000,00 (três mil reais) para manutenção e apoio a geração de renda, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para construção de Portal turístico. O orçamento total do município para o ano de 2019 é no valor de R\$ 29.533.101,65 (vinte e nove milhões e quinhentos e trinta e três mil, cento e um reais e sessenta e cinco centavos). Na tabela 2, pode ser visualizado esse detalhamento orçamentário para ano de 2019. Nos outros municípios não foi possível encontrar o detalhamento.

Tabela 2 – Detalhamento orçamentário para a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Arraias no ano de 2019

Nº	APLICAÇÃO PROGRAMADA	VALOR (R\$)
1	Construção da casa do artesanato arraiano	5.500,00
2	Construção da cerâmica comunitária	5.500,00
3	Construção de portal turístico	50.000,00
4	Construção do centro de lazer, cultura e tradições	50.000,00
5	Festividades populares e tradicionais arraianas	151.869,40
6	Manutenção da Secretária Municipal de Cultura e Turismo	297.579,98
7	Manutenção e apoio a geração de renda	3.000,00
TOTAL		563.449,38

Fonte: Prefeitura Municipal de Arraias, (2019).

Na cidade de Dianópolis a Lei 1405/2019 estima uma receita municipal para exercício financeiro de 2019 no valor global de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais). Para a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Meio Ambiente estão previstos o

valor de R\$ 5.140.683,85 (cinco milhões, cento e quarenta mil, seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos).

Tabela 3: LOA dos Municípios

Nº	MUNICÍPIOS	VALOR P/SEC. TURISMO (R\$)	ORÇAMENTO TOTAL (R\$)
1	Almas	627.800,00	20.218.600,00
2	Arraias	563.449,38	29.533.101,65
3	Dianópolis	5.140.683,85	65.000.000,00
4	Rio da Conceição	-----	-----

Fonte: Prefeitura dos municípios, (2019).

Na tabela 3 faz-se um comparativo entre os municípios pesquisados, nota-se que Arraias têm orçamento maior que a cidade de Almas, no entanto o valor destinado ao turismo é inferior. No município de Dianópolis, com um orçamento maior, vale ressaltar que setor de turismo está agregado a cultura e ao meio ambiente, ou seja, só uma parte desse valor que será aplicada ao turismo.

Outras fontes de recursos vieram por meio de Emendas Parlamentares ou do próprio MTur, através de editais para captar recursos. Em Almas essa captação de recursos é feita por meio de consultoria e através de parcerias com SEBRAE e a ADETUC, em Arraias segundo o secretário é precisa reformular o Plano Municipal de turismo para que o Conselho Municipal de Turismo - CONTUR possa contribuir e começar a desenvolver suas atividades buscando recursos disponível no MTur através de editais via SICONV. O entrevistado também ressaltou que também faz parceria com o SEBRAE e a Universidade Federal do Tocantins- UFT com atividades relacionadas ao turismo, a exemplo do Festival Gastronômico. Dianópolis é feita conforme o orçamento e arrecadação da prefeitura e através de editais disponibilizados via SICONV com envio de projetos. No Rio da Conceição segundo a secretaria nesta gestão não houve nenhuma liberação de recursos até o momento por parte dos governos estadual ou federal e aguarda resultados do programa PDRIS-TO ¹.

¹ PDRIS-TO – Programa de Desenvolvimento Regional, Integrado e Sustentável tem o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a infraestrutura turística.

Quadro 1: Responsável pela captação de recursos pelos municípios

Nº	MUNICÍPIOS	RESPONSÁVEL
1	Almas	Consultoria
2	Arraias	Gerenciador Municipal de Convênios – GMC
3	Dianópolis	Consultoria
4	Rio da Conceição	Não soube informar

Fonte: Dados da pesquisa, (2019).

No Quadro 1, está detalhada quem são os responsáveis pela a captação de recursos pelos municípios. Diante do exposto, percebe-se que os gestores municipais não especificaram ou demonstraram conhecimento sobre os instrumentos utilizados pelas secretarias de turismo na captação de recursos financeiros, principalmente no que diz respeito ao sistema SICONV, com isso, utilizam apenas o orçamento da arrecadação, ou seja, a promoção e o desenvolvimento da atividade turística ficam prejudicados pela má gestão na captação de recursos para setor.

Assas ferramentas para captar de recursos financeiros de acordo com a pesquisa refletem bem nas dificuldades que os gestores encontram para gerar receita com o turismo mesmo diante das potencialidades demonstradas ao longo da pesquisa na região das Serras Gerais.

Vale destacar que as empresas de consultoria utilizadas pelos gestores contribuem com o que Todesco (2013) chama de terceirização do planejamento do turismo. Conforme Todesco (2013, p. 174), “pelo mecanismo da terceirização na administração pública, o conteúdo das políticas (sua dimensão material) configura-se como verdadeira mercadoria, [...] No Brasil, o mercado de empresas de consultoria especializadas em assuntos referentes ao turismo é incipiente”.

Portanto é necessário que se tenha mudanças na gestão do turismo na região das Serras Gerais com a contratação de profissionais com formação na área de turismo, que sejam capacitados e comprometidos para buscar fontes de recursos, melhorar a infraestrutura, fomentar o setor, movimentar a economia local através da atividade turística, promovendo emprego e renda na região.

5.2 Os projetos desenvolvidos nessas secretarias por meio do SICONV

Com o uso obrigatório desta ferramenta desde 2008, o SICONV disponibiliza todas as informações sobre os projetos e programas com a liberação de verbas federais para os municípios provenientes de contrato de repasse, convênios e emendas parlamentares.

Nas cidades pesquisadas não foi encontrado nenhum cadastro exclusivo para a secretaria de turismo, sendo assim, todos os projetos são cadastrados com CNPJ da prefeitura municipal e com a responsabilidade do prefeito da atual gestão.

Na cidade de Almas foi identificado conforme indicado na Tabela 4, de Pré-Convênio/Convênio que são adquiridos através de projetos enviados e aprovados pelo Governo Federal, no valor de R\$ 1.248.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil reais) e que tiveram como objetivo a revitalização das praças Salviavo Barbosa e São Miguel (R\$ 487.500,00), a implantação de pavimentação com bloquete em vias públicas do município (R\$ 475.312,50) e a construção de um centro de eventos (R\$ 285.187,50).

Tabela 4: Pré-Convênio/Convênio destinados ao município de Almas

Nº	NÚMERO DO CONVÊNIO/PRÉ-CONVÊNIO	PROGRAMA	SITUAÇÃO	MODALIDADE	OBJETO DO CONVÊNIO	ANO	VALOR GLOBAL
1	747009/2010	Apoio a projetos de infraestrutura turística - Programação	Prestação de Contas Aprovada	Contrato de Repasse	Implantação de pavimentação com bloquete em vias públicas do município de Almas	2010.	R\$475.312,50
2	747016/2010	Apoio a projetos de infraestrutura turística - Programação	Prestação de Contas Aprovada	Contrato de Repasse	Apoio a projetos de infra estrutura turística - Construção de um centro de eventos	2010.	R\$285.187,50
3	807535/2014	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Contrato de Repasse	Em execução	Contrato de Repasse	Revitalização das praças Salviavo Barbosa e São Miguel no município de Almas - TO	2014.	R\$487.500,00
TOTAL							R\$1.248.000,00

Fonte: Dados do SICONV (2018).

Foi disponibilizado um total de R\$ 1.462.500,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais) referentes a programas de Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, todos proveniente de Emendas Parlamentares, isto é, quando não há concorrência ou necessidade da aprovação por parte do governo, conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5: Programas destinados ao município de Almas

Nº	CÓDIGO DO PROGRAMA	TIPO DE INSTRUMENTO	QUALIFICAÇÃO DA PROPOSTA	NOME DO PROGRAMA	ANO	SITUAÇÃO	VALOR DE REPASSE DA PROPOSTA
1	5400020140018.	Contrato de Repasse	Proposta de Proponente de Emenda Parlamentar	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Contrato de Repasse - Emendas Parlamentares	2014.	Disponibilizado	R\$487.500,00
2	5400020140019.	Contrato de Repasse	Proposta de Proponente de Emenda Parlamentar	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Contrato de Repasse - Emendas Parlamentares	2014.	Disponibilizado	R\$487.500,00
3	5400020140008.	Contrato de Repasse	Proposta de Proponente de Emenda Parlamentar	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Contrato de Repasse - Emendas Parlamentares	2014.	Disponibilizado	R\$487.500,00
TOTAL							R\$1.462.500,00

Fonte: Dados do SICONV (2018).

No município de Arraias não foi encontrado nenhum repasse de Pré-Convênio/Convênio, destinado ao setor de turismo proveniente de projeto aprovado pelo Governo Federal. Foram encontrados conforme demonstrados na tabela 6 abaixo, um total de quatro verbas destinado para este setor, todos os recursos são provenientes de Emendas Parlamentares.

Tabela 6: Programas destinados ao município de Arraias

Nº	CÓDIGO DO PROGRAMA	TIPO DE INSTRUMENTO	QUALIFICAÇÃO DA PROPOSTA	NOME DO PROGRAMA	ANO	SITUAÇÃO	VALOR DE REPASSE DA PROPOSTA
1	5400020110033.	Contrato de Repasse	Proposta de Proponente de Emenda Parlamentar	Emenda parlamentar programa de apoio a projetos de infraestrutura turística - Contrato de repasse - Emendas	2011.	Disponibilizado	R\$390.000,00
2	5400020140008. 5400020140018.	Contrato de Repasse	Proposta de Proponente de Emenda Parlamentar	Emenda parlamentar programa de apoio a projetos de infraestrutura turística - Contrato de repasse - Emendas	2014.	Disponibilizado	R\$975.000,00
3	5400020140008. 5400020140018.	Contrato de Repasse	Proposta de Proponente de Emenda Parlamentar	Emenda parlamentar programa de apoio a projetos de infraestrutura turística - Contrato de repasse - Emendas	2014.	Disponibilizado	R\$509.925,00
4	5400020170023.	Convênio	Proposta de Proponente de Emenda Parlamentar	Apoio a Eventos Geradores de Fluxos Turísticos / Convênios / EMENDA PARLAMENTAR	2017.	Disponibilizado	R\$100.000,00
TOTAL							R\$1.974.925,00

Fonte: Dados do SICONV (2018).

Foi disponibilizado para o município de Arraias neste período um total no valor de R\$ 1.974.925,00 (um milhão, novecentos e setenta e quatro mil e novecentos e vinte e cinco reais), provenientes de Emendas Parlamentares através de convênio referente ao programa Apoio a Eventos Geradores de Fluxos Turísticos, Contrato de Repasse do programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística.

Contudo, o gestor de turismo em Arraias durante a entrevista não repassou nenhuma informação sobre os projetos e recursos disponibilizados nas gestões anteriores e também não tinham informação sobre o recurso liberado em 2017, mostrado na tabela 6, durante sua gestão. O mesmo ocorreu com os outros entrevistados, vale ressaltar que foram feitas perguntas abertas sobre os projetos em andamento ou finalizados pela gestão.

No município de Dianópolis, foram encontrados cinco repasses de Pré-Convênio/Convênio demonstrada na Tabela 7, totalizando R\$ 1.728.477,44 (um milhão, setecentos e vinte e oito mil, quatrocentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos)

relacionados a programas de Apoio a projetos de infraestrutura turística, Apoio a Eventos Geradores de Fluxos Turísticos e Promoção de eventos para a divulgação do turismo interno.

Tabela 7: Pré-Convênio/Convênio destinados ao município de Dianópolis

Nº	NÚMERO DO CONVÊNIO/PRÉ-CONVÊNIO	PROGRAMA	SITUAÇÃO	MODALIDADE	OBJETO DO CONVÊNIO	ANO	VALOR GLOBAL
1	<u>702969/2009</u>	Promoção de eventos para a divulgação do turismo interno - programação	Prestação de Contas enviada para Análise	Convênio	DIANOFOLIA 2009 - realização de 20 a 24 de fevereiro de 2009	2009.	R\$100.000,00
2	<u>746958/2010</u>	Apoio a projetos de infraestrutura turística - programação	Convênio Anulado/Cláusula Suspensiva	Contrato de Repasse	Revitalização e paisagismo das praças públicas - município de Dianópolis/TO	2010.	R\$200.000,00
3	<u>791394/2013</u>	Programa de apoio a projetos de infraestrutura turística - contrato de repasse - emendas	Em execução	Contrato de Repasse	Execução da Conclusão do Terminal Rodoviário da Cidade de Dianópolis - TO	2013.	R\$1.002.987,44
4	<u>842181/2016</u>	Apoio a projetos de infraestrutura turística - contrato de repasse - proponente específico	Em execução	Contrato de Repasse	Reforma e Revitalização da Praça da Capelinha na Cidade de Dianópolis - TO	2016.	R\$250.000,00
5	<u>839959/2016</u>	Apoio a Eventos Geradores de Fluxos Turísticos - Convênios - Programação	Prestação de Contas enviada para Análise	Convênio	Carnaval de Dianópolis 2017.	2016.	R\$175.490,00
TOTAL							R\$1.728.477,44

Fonte: Dados do SICONV (2018).

Na Tabela 7, os repasses tiveram como objetivos a reforma e revitalização da Praça da Capelinha, realização do carnaval 2017, execução da conclusão do terminal rodoviário da cidade e a revitalização, paisagismo das Praças Públicas do município e também a realização da festa da DIANOFOLIA 2009 realizada no período de 20 a 24 de fevereiro antecedendo o Carnaval 2009 daquele ano.

O município de Dianópolis recebeu também recursos de programa de Apoio a projetos de infraestrutura turística no valor de R\$ 487.500,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais) e também recursos de Emenda parlamentar do programa de Apoio a projetos de infraestrutura turística no valor de R\$ 975.000,00 (novecentos e setenta e cinco mil reais) descritos na Tabela 8.

Tabela 8: Programas destinados ao município de Dianópolis

Nº	CÓDIGO DO PROGRAMA	TIPO DE INSTRUMENTO	QUALIFICAÇÃO DA PROPOSTA	NOME DO PROGRAMA	ANO	SITUAÇÃO	VALOR DE REPASSE DA PROPOSTA
1	5400020130002.	Contrato de Repasse	Proposta de Proponente de Emenda Parlamentar	Emenda parlamentar programa de apoio a projetos de infraestrutura turística - Contrato de repasse - Emendas	2013.	Disponibilizado	R\$975.000,00
2	5400020180001.	Contrato de Repasse	Proposta de Proponente Específico do Concedente	Apoio a projetos de infraestrutura turística - Contrato de repasse - Proponente específico - 2018	2018.	Disponibilizado	R\$487.500,00
TOTAL							R\$1.462.500,00

Fonte: Dados do SICONV (2018).

No município de Rio da Conceição foram identificados conforme indicado na Tabela 9, Pré-Convênio/Convênio destinados ao município no valor de R\$ 987.577,38 (novecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e setenta e sete reais e trinta e oito centavos) adquiridos através de projetos enviados e aprovados.

Tabela 9: Pré-Convênio/Convênio destinados ao município de Rio da Conceição

Nº	NÚMERO DO CONVÊNIO/PRÉ-CONVÊNIO	PROGRAMA	SITUAÇÃO	MODALIDADE	OBJETO DO CONVÊNIO	ANO	VALOR GLOBAL
1	<u>632264/2008</u>	Promoção e incentivo ao turismo	Prestação de Contas em Análise	Convênio	Objeto: "Temporada de Praia de Rio da Conceição do Tocantins".	2008.	R\$100.000,00
2	<u>722473/2009</u>	Promoção de eventos para a divulgação do turismo interno - emendas	Prestação de Contas em Análise	Convênio	Festa Natalina de Rio da Conceição.	2009.	R\$100.000,00
3	<u>804583/2014</u>	Apoio a projetos de infraestrutura turística - contrato de repasse - MP 637	Em execução	Contrato de Repasse	Reforma do Balneário Municipal de Rio da Conceição - TO.	2014.	R\$326.625,00
4	<u>870610/2018</u>	Apoio a projetos de infraestrutura turística - contrato de repasse - emenda parlamentar 2018	Em execução	Contrato de Repasse	Construção do centro de eventos do município de Rio da Conceição - TO - 1ª etapa	2018.	R\$460.952,38
TOTAL							R\$987.577,38

Fonte: Dados do SICONV (2018).

Os programas destinados ao município de Rio da Conceição num total de R\$ 1.031.327,38 (um milhão, trinta e um mil, trezentos e vinte e sete reais e trinta e oito centavos) referentes a programas de Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística todos proveniente de Emendas Parlamentares demonstrados na Tabela 10.

Tabela 10: Programas destinados ao município de Rio da Conceição

Nº	CÓDIGO DO PROGRAMA	TIPO DE INSTRUMENTO	QUALIFICAÇÃO DA PROPOSTA	NOME DO PROGRAMA	ANO	SITUAÇÃO	VALOR DE REPASSE DA PROPOSTA
1	5400020140003.	Contrato de Repasse	Proposta de Proponente Específico do Concedente	Apoio a projetos de infraestrutura turística - Contrato de repasse - MP 637	2014.	Disponibilizado	R\$326.625,00
2	5400020170014.	Contrato de Repasse	Proposta de Proponente Específico do Concedente	Apoio a projetos de infraestrutura turística - Contrato de repasse - Proponente específico	2017.	Disponibilizado	R\$243.750,00
3	5400020180004.	Contrato de Repasse	Proposta de Proponente de Emenda Parlamentar	Apoio a projetos de infraestrutura turística - Contrato de repasse - Emenda Parlamentar 2018	2018.	Disponibilizado	R\$460.952,38
TOTAL							R\$1.031.327,38

Fonte: Dados do SICONV (2018).

Nota-se que na quantidade de programas disponibilizados, 24 (vinte e quatro) ao todo, houve a liberação de recursos neste período para os quatro municípios pesquisados, demonstra que os mesmos receberam poucos repasses destinados ao setor turístico ao longo

dos anos, sendo que no ano de 2012 e 2015 nenhum destes municípios receberam investimento para o turismo provenientes de programas do MTur.

No entanto, de acordo o SICONV, foi disponibilizado no mesmo período cerca de 268 (duzentos e sessenta e oito) programas referentes ao fomento do turismo pelo MTur em todo país. Percebe-se que no município de Dianópolis durante o período estabelecido nesta pesquisa entre os anos 2008 e 2018, essa foi uma das cidades que mais recebeu verbas para desenvolvimento das atividades turísticas, sendo que em dez anos foram repassados um total de R\$ 3.190.977,44 (três milhões, cento e noventa mil, novecentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), comparando com as demais cidades pesquisadas.

Mesmo diante das dificuldades para obter a aprovação de projetos, de acordo com as entrevistas realizadas nos municípios, os gestores falaram dos projetos que foram pleiteados no sistema SICONV.

Em Almas, através do SICONV tiveram projetos idealizados pela própria secretaria e também por meio de Consultoria onde tem uma empresa responsável por captar esses recursos por meio da ferramenta SICONV, algumas das formações de ideias desenvolvidas nessas secretarias por meio do sistema SICONV, no entanto ainda aguardam a aprovação e liberação dos mesmos, entre eles estão os projetos para: placas de sinalização, Centro de Atendimento ao Turista – CAT, banheiros, terraplanagem dentro do trade turístico e um portal na entrada da cidade.

Em Arraias, o prefeito do município contratou em janeiro de 2017, um funcionário com a função de Gerenciador Municipal de Convênios que é responsável por fazer o mapeamento dos editais com recursos disponível por meio da ferramenta SICONV. As ideias desenvolvidas por essa secretaria por meio do sistema SICONV foram: a construção da praça do setor Buritizinho na Rua 10, revitalização das praças da cidade, construção da Praça Ecológica Sustentável, apoio á projetos tradicionais e culturais (entrudo, caretas, etc.), Projeto Menor Aprendiz e o Projeto Beco do Cabo (Antigo Beco do Mijo), todos aguardando aprovação do MTur.

Em Dianópolis, a captação de recursos é feita por uma empresa que presta serviços de consultoria e fica responsável por captar recursos através da ferramenta SICONV. Foram idealizados por meio do sistema SICONV projetos para a realização do carnaval, reestruturação do museu, reforma da rodoviária e reforma da Praça da Capelinha.

Em Rio da Conceição não houve, ou não souberam informar quais os planos que foram desenvolvidos nessa secretaria por meio do sistema SICONV. Não teve liberação de

recursos até o momento por parte dos Governos Estadual ou Federal, mas espera obter resultados através do Programa PDRIS-TO.

A tabela 11 detalha quais são os projetos a serem realizados pelos municípios na atual gestão no desenvolvimento da atividade turística, que tem sido de extrema importância para o desenvolvimento e crescimento da economia.

Tabela 11: Projetos a serem realizados pelos municípios

ALMAS	ARRAIAS	DIANOPOLIS	RIO DA CONCEIÇÃO
Placas de sinalização	Construção da praça do setor Buritizinho na rua 10,	Reestruturação do museu	Não teve liberação de recursos até o momento por parte dos Governos Estadual ou Federal
Centro de Atendimento ao Turista – CAT	Revitalização das praças da cidade	Reforma da Praça da Capelinha	
Terraplanagem dentro do trade turístico	Construção da Praça Ecológica Sustentável,		
Portal na entrada da cidade.	Apoio á projetos tradicionais e culturais (entrudo, caretas, etc.)		
	Projeto Beco do Cabo (Antigo beco do mijo) e o Projeto Menor Aprendiz		

Fonte: Dados da Pesquisa, (2019).

Conclui-se que os gestores de turismo precisam utilizar melhor essa ferramenta que hoje é a principal fonte de arrecadação de recursos do Governo Federal, contudo, deve-se atentar aos programas ofertados pelo MTur e através de projetos bem elaborados não perder as oportunidades, e com isso trazer melhorias para o desenvolvimento do turismo na região das Serras Gerais.

5.3 Os principais desafios encontrados pelas Secretarias de Turismo

Durante a entrevista foi perguntado aos secretários municipais quais os principais desafios encontrados pelas secretarias de turismo, todos afirmaram que superar a crise econômica pela qual passa as prefeituras municipais é um dos principais desafios.

A gestora municipal de Almas disse que faltam recursos financeiros para compra de equipamentos básicos para a própria Secretaria de Turismo, como uma máquina fotográfica, por exemplo. Faltam investimentos na área de consultoria para captar recursos, por isso não conseguem melhorar a infraestrutura do setor de turismo como um todo.

No município de Arraias o principal desafio é o financeiro, mesmo tendo um funcionário com a função de Gerenciador Municipal de Convênios, os projetos ficam parados diante das burocracias para captar recursos por meio de editais, outro desafio está na participação efetiva da comunidade e principalmente dos donos de áreas onde se localiza os atrativos que dificulta entrada de turistas.

A Secretaria Municipal de Dianópolis pontuou como sendo o principal desafio a questão financeira, pois encontra muita dificuldade em captar recursos por conta da burocracia, e com isso prejudica o desenvolvimento do turismo no município e na região.

Na cidade de Rio da Conceição a secretaria municipal de Turismo, coloca que além do lado econômico há também o aspecto social, que é o envolvimento da comunidade na participação do desenvolvimento do turismo, tanto na recepção ou para fazer investimentos para melhoria do atendimento e dificuldades para atrair investimentos para o município.

Nota-se que os principais desafios pontuados podem ser superados ou minimizados, pois são relativos a administração pública, que precisa fazer uma gestão com planejamento e desenvolver políticas públicas para superar esses desafios, como por exemplo, implementar a política da Economia Criativa com mais efetividade, desenvolver projetos junto com os Conselhos Municipais de Turismo que possa atrair a participação e interesse das comunidades.

Os gestores municipais mesmo diante das dificuldades financeiras, devem encontrar meios criativos para ajudar na busca por melhorias na captação de recursos, através de parcerias com universitários ou pessoas autônomas, que são capacitadas na elaboração de projetos e na identificação de editais.

Portanto, só através de políticas públicas voltadas para o envolvimento da comunidade local, que seja bem elaborada e com planejamento os gestores vão conseguir melhorar a economia e atrair investimentos para a região.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho foi de identificar como é feita a captação de recursos para a gestão do turismo nas Serras Gerais a partir do Sistema de Convênios do Governo. Assim como, detectar os projetos desenvolvidos nas secretarias de turismo por meio do sistema SICONV, especificar as ferramentas utilizadas pelas secretarias de turismo e fazer um diagnóstico dos principais desafios encontrados pelas secretarias de turismo.

De acordo com a pesquisa, em relação à captação de recursos, foi demonstrada uma ineficácia tanto dos gestores na elaboração dos projetos para concorrerem aos editais, tanto dos programas disponibilizado para os gestores diante de tanta burocracia impostas aos municípios. As ferramentas utilizadas pelas secretarias de turismo de acordo com a pesquisa refletem também as dificuldades que os gestores encontram para gerar receita para o turismo.

Contudo, foram identificados vários programas que por meio do sistema SICONV na qual os municípios deixam de participar por falta de informação ou porque a prefeitura municipal dar prioridade para outras áreas administrativas de sua gestão acaba deixando o setor de turismo sempre em segundo plano.

Com o diagnóstico feito com os gestores entrevistados demonstrando os principais desafios encontrados pelas secretarias de turismo nos aspectos socioeconômicos pode-se concluir que essas secretarias municipais estão defasadas considerando o número de funcionários disponíveis para o setor e na questão da infraestrutura precária de cada secretária.

Nota-se que as secretarias de turismo precisam reformular o modo de gestão dando mais importância ao setor que hoje é de grande valia para alavancar a economia dos municípios, desde que haja um planejamento desde sua superestrutura de políticas públicas, colocando profissionais com qualificação e formação na área do turismo.

O Governo Federal precisa buscar meios para minimizar a burocracia nos editais dos programas disponibilizados dificultando a participação dos municípios para captar recursos para o setor turístico, com isso os municípios recorrem as emendas parlamentares como única forma de conseguirem recursos.

No entanto, no que diz respeito aos municípios na promoção, ações e investimentos para acelerar o desenvolvimento do turismo, com o intuito de gerar empregos e aumentar a qualidade e competitividade da atividade turística, pois, até o momento não se resultaram em ações concretas e efetivas para promover o turismo na região das Serras Gerais.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, houve a oportunidade de serem identificadas algumas possibilidades de melhoria e de continuação a partir de futuras pesquisas, no que diz respeito à qualificação profissional dos funcionários e gestores com formação na área de turismo. É preciso que a Secretaria de Turismo tenha uma autonomia e seja desvinculada de outros setores da administração pública uma vez que se tratando de uma área complexa e interdisciplinar acaba contribuindo direta e indiretamente com os outros setores naturalmente através da infraestrutura, educação, saúde, sustentabilidade entre outros.

Esta pesquisa ressalta a importância da atividade turística da região das Serras Gerais para o crescimento das comunidades locais com a geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, combate miséria e melhoria na qualidade de vida da população tocantinense.

Outros trabalhos relacionados a esta pesquisa podem se realizadas com temas mais específicos, que foram mencionados durante esta pesquisa como o Programa de Regionalização do Turismo, Plano Nacional ou Municipal de Turismo, Mapa do Turismo Brasileiro, Estrutura Turística.

Será de suma importância outras pesquisas nesta região voltadas para área da economia com temas relevantes que precisam ser trabalhados como à aplicação dos recursos captados, na área de meio ambiente com foco na sustentabilidade e também na área social com o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nas Serras Gerais.

Conclui-se que esta pesquisa demonstrou como o turismo das Serras Gerais está sendo conduzido pelos gestores, pontuando suas dificuldades e desafios para o fortalecimento do turismo na região e colocando a necessidade de mudança de perfil e atitude na condução das atividades turísticas para que de fato possa melhorar a economia local.

REFERÊNCIAS

- ACERENZA, Miguel Ángel. **Administração do Turismo**. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 7. ed. São Paulo: Senac, 2001.
- ALMAS, Prefeitura de. **Nossa Cidade e História**. Disponível: <
<http://www.almas.to.gov.br/Nossa-Cidade/Historia/>>. Acesso em: 24 mai. 2019.
- ARRAIAS, Prefeitura de. **História da cidade**. Disponível: <
<http://www.arraias.to.gov.br/hist-ria-da-cidade/>>. Acesso em: 26 mai. 2019.
- BORGES, Lenna. **Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS**. Disponível: < <https://portal.to.gov.br/noticia/2018/1/10/governo-abre-licitacao-para-construcao-de-oito-matadouros-em-municipios-tocantinenses/>>. Acesso em: 20 mai. 2019.
- CONCEIÇÃO, Prefeitura de Rio da. **Portal do Turismo**. Disponível: <
<http://riodaconceicao.to.gov.br/>>. Acesso em: 25 mai. 2019.
- DIANÓPOLIS, Prefeitura de. **Leis e decretos**. Disponível: <
<http://www.dianopolis.to.gov.br/leis-e-decretos>>. Acesso em: 20 mai. 2019.
- ECONOMIA, Ministério da. **Plataforma +BRASIL**. Disponível: <
<http://portal.convenios.gov.br/aceso-livre>>. Acesso em: 12 mai. 2019.
- FERNANDES, Ivan Pereira; COELHO, Marcio Ferreira. **Economia do Turismo: Teoria & Prática**. Rio de Janeiro: Campos, 2002.
- GIMENNES, Jacó. **Orientação para Gestão Municipal do Turismo: Guia Prático para Dirigentes Públicos Municipais de Turismo**. Curitiba, 2017. Disponível em:<
regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/Apostila_Gestao_Municipal.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2019.
- LAGE, Beatriz H. Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do Turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1991.
- NATIVIDADE, Prefeitura de. **Nossa Cidade e História**. Disponível: <
<https://www.natividade.to.gov.br/Nossa-Cidade/Historia/>>. Acesso em: 25 mai. 2019.
- PLANALTO, Presidência da República. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES**. Disponível: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/turismo>> . Acesso em: 11 mar. 2019
- PLANALTO, Presidência da República. **Constituição Federal**. Disponível: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 mar. 2019
- PLANALTO, Presidência da República. **Lei Geral do Turismo – LGT**. Disponível: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm>. Acesso em: 02 mar. 2019

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira; KADOCA, Décio Katsushigue. **Economia do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2012

SCHLUTER, Regina G. **Metodologia da Pesquisa em Turismo e Hotelaria**. São Paulo: Aleph, 2003

SECOM, Secretaria da Comunicação. **Turismo no Tocantins**. Disponível: < <https://turismo.to.gov.br/>>. Acesso em: 16 mai. 2019.

SILVA, Leonardo Thompson da. **CULTURA, TURISMO E IDENTIDADE LOCAL: impactos socioculturais sobre a comunidade receptora de turismo – Trancoso, Porto Seguro, Bahia**. Ilhéus, 2006

TOCANTINS, Governo do. **Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa**. Disponível: < <https://adetuc.to.gov.br/>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

TOCANTINS, Governo do. **Diário Oficial do Estado**. Disponível: < <https://diariooficial.to.gov.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

TOCANTINS, Governo do. **Secretaria da Comunicação- SECOM**. Disponível: < <https://secom.to.gov.br/>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

TODESCO, Carolina. **Estado e produção terceirizada de políticas públicas de turismo para a Amazônia Legal: uma análise fundada nas dimensões da vida política**. São Paulo, 2013.

TURISMO, Ministério do. **Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos**. Disponível: < <https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/> >. Acesso em: 25 abr. 2019.

TURISMO, Ministério do. **Estudos da Competitividade do Turismo Brasileiro**: Padrão de Financiamento e Fomento das Atividades do Setor de Turismo. Brasília – DF, 2007.

TURISMO, Ministério do. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**. Disponível: < <http://www.turismo.gov.br/2015-03-09-13-54-27.html>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

TURISMO, Ministério do. **Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR**. Disponível: < <http://www.turismo.gov.br/programas/5066-prodetur.html> >. Acesso em: 05 abr. 2019.

TURISMO, Ministério do. **Programa de financiamento para o turismo**. Brasília – DF, 2008.

TURISMO, Ministério do. **Programa de Regionalização do Turismo - PRT**. Disponível: < <http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-aco-es-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo.html>>. Acesso em: 15 abr. 2019.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS – CUA
 CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO PATRIMONIAL E SOCIOAMBIENTAL

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

APÊNDICE A: QUESTIONAMENTOS AO GESTOR DE TURISMO DO MUNICÍPIO

INSTRUMENTO DE PESQUISA

Caro gestor de turismo deste município, os questionamentos abaixo são necessários para conclusão do Relatório Técnico Científico – RTC do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da Universidade Federal do Tocantins – Campos Arraias - TO, como forma de **identificar as dificuldades da gestão pública municipal na captação de recursos para o turismo no processo de regionalização com foco na Região das Serras Gerais**, é de fundamental importância sua colaboração respondendo ao seguinte questionário:

1- Qual o seu sexo?

() Masculino

() Feminino

2- Qual a sua idade?

() 18 a 25 anos () 35 a 45 anos () 55 a 65 anos

() 25 a 35 anos () 45 a 55 anos () Outra, Qual? _____

3 - Qual o órgão responsável pela gestão do turismo neste município?

4 - O gestor responsável pelo turismo municipal é:

() Secretário

() Coordenador

() Outro, Qual ? _____

5 – Este órgão é agregado a outro setor administrativo? Exemplo: Secretaria de educação, cultura, esportes ou turismo?

() Sim

Não

Se sim, Qual? _____

6 - Quantos funcionários esse órgão dispõe além de seu gestor?

01 funcionário 03 funcionários Mais, quantos? _____

02 funcionários 04 funcionários Apenas o gestor

7 – O gestor de turismo sempre morou nesta cidade?

Sim

Não

Se não, há quanto tempo mora aqui? _____

8 - Qual o seu nível de escolaridade?

Ensino fundamental Pós-graduação – Especialização

Ensino médio Pós-graduação – Mestrado

Graduação incompleta Pós-graduação - Doutorado

Graduação completa Outro, Qual? _____

9 – Caso possua, qual a sua área de formação superior?

Turismo Direito

Administração Outro ,Qual ? _____

10 - O senhor (a) já participou de alguma reunião referente à região das Serras Gérias?

Sempre Raramente

Quase sempre Nunca

As vezes

Porque? _____

11 - O senhor (a) já desenvolveu algum projeto em parceria com algum dos municípios da região das Serras Gérias?

Sempre Raramente

Quase sempre Nunca

As vezes

Porque? _____

12 - O senhor (a) já participou de cursos extras de qualificação para o turismo?

Sim, sempre Raramente

Sim, quase sempre Nunca

Sim, as vezes

Porque? _____

13 - Quanto do orçamento da prefeitura é separado para o turismo?

() Mensalmente, valor: _____

() Anualmente, valor: _____

14 - Qual a principal origem dos recursos financeiros nessa instituição?

() PRODETUR

() FUNGETUR

() Emendas parlamentares

() Orçamento da prefeitura

() Ministério do turismo

() Outro, Qual? _____

15 - Esse órgão é cadastrado ao SICONV (Sistema de Convênios do Governo Federal)?

() Sim

() Não

16 - Quais projetos esse órgão já realizou?

TÍTULO DO PROJETO	SITUAÇÃO ATUAL: SE FINALIZADO EM ANDAMENTO OU PARADO, OU A INICIAR.

17 - Em quais projetos tem trabalhado na atual gestão?

TÍTULO DO PROJETO	SITUAÇÃO ATUAL: SE FINALIZADO, EM ANDAMENTO, PARADO, OU A INICIAR

18 - Quanto à origem desses projetos:

() Idealizados por essa secretaria

() Dos três tipos

() Consultoria

() Outro, Qual? _____

() Oriundos de instancias superiores do turismo

19 – O município possui Conselho Municipal de Turismo?

() Sim

() Não

20 - O município possui um Plano Municipal de Turismo?

() Sim

() Não

21 - Como é feita a captação de recursos para a gestão pública municipal do turismo no processo de regionalização no Tocantins?

22 - Quais as ferramentas utilizadas pelas secretarias de turismo na captação de recursos financeiros?

23 – Quais os projetos desenvolvidos nessas secretarias por meio do sistema SICONV?

24 – Quais os principais desafios encontrados pelas secretarias de turismo?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS – CUA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO PATRIMONIAL E SOCIOAMBIENTAL

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e participar da pesquisa de campo referente à pesquisa **TURISMO NO TOCANTINS: Uma avaliação da captação de recursos dos municípios do programa de regionalização, desenvolvida pelo acadêmico do Curso de Graduação em Turismo Patrimonial e Socioambiental, Adno Ramalho dos Santos**. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é Orientada pela Professora Mestra Edilene Adelino Pequeno, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº 63 98129-2228 ou e-mail edilenepequeno@mail.uft.edu.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais tem o objetivo de identificar as dificuldades da gestão pública municipal na captação de recursos para o turismo no processo de regionalização.

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima ou identificada, por meio de entrevista, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e pela orientadora.

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do pesquisador (a): _____

Assinatura do (a) testemunha (a): _____